

## **GABARITO COMENTADO – SIMULADO 09/06/2018**

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

Barney Bichara

01. Gabarito LETRA C

**Comentário:**  
CF

02. Gabarito LETRA D

**Comentário:**  
Art. 84, § único da CF.

03. Gabarito LETRA A

**Comentário:**  
§ único 9º da Lei 9986/2000

04. Gabarito LETRA D

**Comentário**  
Doutrina

05. Gabarito LETRA D

**Comentário:**  
Art. 173, §1º, IV da CF

06. Gabarito LETRA D

**Comentário:**  
Art. 100, §7º da CF.

### **LEI ORGÂNICA**

Patrícia Kopke

07. Gabarito LETRA D

**Comentários:**

- a) **Verdadeira.** Art. 153, § 1º, III, da Lei 5.406/69
- b) **Verdadeira.** Art. 153, § 1º, II, da Lei 5.406/69
- c) **Verdadeira.** Art. 153, § 1º, V, da Lei 5.406/69
- d) **Falsa.** Art. 153, § 2º, IX, da Lei 5.406/69 = é uma circunstância atenuante

08. Gabarito LETRA D

**Comentário:**

- a) **Verdadeira.** Art. 191, da Lei 5.406/69
- b) **Verdadeira.** Art. 180, § 2º, da Lei 5.406/69
- c) **Verdadeira.** Art. 154, Parágrafo único, da Lei 5.406/69
- d) **Falsa.** Art. 178, da Lei 5.406/69 – “O processo administrativo terá a forma prevista neste capítulo, iniciando-se no prazo de **oito** dias, contados da data do ato que determinou sua instauração”.

09. Gabarito LETRA D

**Comentário:**

(demissão, Art. 158, V) ausência do serviço, sem causa justificável, por mais de quarenta e cinco dias, interpoladamente, durante um ano  
(repreensão, Art. 155) falta de cumprimento de deveres e às transgressões consideradas de natureza leve  
(suspensão, Art. 155, Parágrafo único) falta de cumprimento de deveres com dolo ou má-fé.

10. Gabarito LETRA C

**Comentário:**

- a) **Verdadeira.** Art. 87, da LC 129/13
- b) **Verdadeira.** Art. 87, da LC 129/13
- c) **Falsa.** Art. 89, da LC 129/13. “O **Corregedor-Geral** de Polícia Civil poderá, a qualquer tempo do estágio probatório, ex officio ou mediante provocação, impugnar, fundamentadamente, a permanência do policial civil no cargo efetivo de carreira para o qual foi nomeado.”
- d) **Verdadeira.** Art. 91, da LC 129/13.

**DIREITO CIVIL**

Mônica Queiroz

11. Gabarito LETRA D

**Comentário:**

Comentário: Como Roberto fez negócio jurídico que versava sobre herança de pessoa viva (*pacta corvina*), esse negócio deve ser considerado nulo, em virtude de a lei proibir-lhe a prática, sem cominar sanção (art. 426 c/c art. 166, VII, 2ª met., CC).

12. Gabarito LETRA D

**Comentário:**

Como Afonso sabia que o bem era de propriedade de Arnaldo e, mesmo assim, resolveu ocupá-lo, a posse de Afonso não pode ser considerada de boa-fé. Desse modo, deve-se ser aplicado o art. 1.220 do CC que estabelece o direito à indenização pelas benfeitorias necessárias, sem direito à retenção do bem. Além disso, vale notar que Afonso não conseguirá a propriedade do bem por nenhuma modalidade de usucapião, por não preencher os requisitos legais para tanto.

13. Gabarito LETRA A

**Comentário:**

- a) **Correto**, já que o art. 298 do CC impede a cessão de crédito que tenha sido penhorado. Trata-se de proibição de cessão de crédito advinda de lei (art. 286, CC).
- b) **Errado.** Para que a cessão de crédito produza efeitos em relação ao devedor, é imprescindível que ele seja notificado da cessão ocorrida.
- c) **Errado.** A cessão de crédito prescinde da anuência do devedor para que ocorra.
- d) **Errado.** Marcelo será responsável pela existência do crédito (arts. 295 c/c 296, CC).

14. Gabarito LETRA B

**Comentário:**

- a) **Falsa.** A responsabilidade do dono ou detentor do animal no CC/2002 é responsabilidade objetiva e não mais subjetiva por culpa presumida.
- b) **Correta.** Embora a responsabilidade do dono ou detentor do animal seja objetiva, é possível o afastamento de sua responsabilidade em caso de culpa da vítima ou força maior, conforme dispõe o art. 936 do CC.
- c) **Falsa.** *Vide* art. 936, CC.
- d) **Falsa.** A responsabilidade civil do dono ou detentor do animal é de natureza objetiva.

15. Gabarito LETRA B

**Comentário:**

- a) **Falsa.** *Vide* art. 408, CC.
- b) **Correta.** *Vide* art. 413, CC. Trata-se da possibilidade de redução equitativa da cláusula penal que deve ser feita pelo juiz, prevista no Código Civil de 2002.
- c) **Falsa.** A indenização suplementar somente poderá ser exigida se houver previsão anterior no contrato (art. 416, parágrafo único, CC).
- d) **Falsa.** *Vide* art. 412, CC.

16. Gabarito LETRA A

**Comentário:**

Como Antônio não deixou descendente, o ascendente e o cônjuge serão os seu herdeiros de forma concorrente, independentemente do regime de bens adotado pelo casal quando do casamento. Concorrendo com ascendente em primeiro grau, ao cônjuge tocará um terço da herança, conforme art. 1.837 do CC.

**DIREITO DE FAMÍLIA**

Patrícia Rocha

17. Gabarito LETRA A

**Comentário:**

- a) Art. 1.696, CC/02.
- b) Art. 1.708, CC/02.
- c) Art. 1.709, CC/02.
- d) Art. 1.699, CC/02.

18. Gabarito LETRA C

**Comentário:**

- a) Art. 1.630, CC/02.
- b) Arts. 1.579 e 1.634, CC/02.
- c) Art. 1.638, V, CC/02.
- d) Art. 1.637, p. único, CC/02.

**DIREITO DO CONSUMIDOR**

Patrícia Rocha

19. Gabarito LETRA C

**Comentário:**

- a) Art. 37, §. 1º, CDC.
- b) Arts. 6º, X e 22, CDC.
- c) Art. 14, §4º, CDC.
- d) Art. 6º, VIII, CDC.

**ECA**

Leonardo Barreto

20. Gabarito LETRA D

**Comentário:**

- a) Art. 173, I, ECA;
- b) Art. 173, II, ECA;
- c) Art. 173, III, ECA;
- d) Sem previsão no ECA, contrariando ainda a Súmula nº 108 STJ.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Tárcia Helena

21. Gabarito LETRA C

**Comentário:**

- a) **Incorreta!** Nos termos do art. 84, VIII, cabe ao Presidente celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional. Do Congresso Nacional e não do Senado Federal!!!
- b) **Incorreta!** Nos termos do art. 84, V, cabe ao Presidente vetar projetos de lei, total ou parcialmente. Para lembrar, proposta de emenda constitucional não tem fase de sanção e veto.
- c) **Correta!** É o art. 84, IV, CF!
- d) **Incorreta!** Nos termos do art. 84, XXII, cabe ao Presidente permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente. Lei complementar e não lei ordinária!!!!

22. Gabarito LETRA A

**Comentário:** Observe o quadro abaixo!

**Inconstitucionalidade Superveniente**

- a lei ou o ato normativo nasce constitucional, mas em virtude de uma Emenda Constitucional ou do advento de uma nova Constituição, passa a ser incompatível com a ordem constitucional.
- **O STF não admite esse tipo de inconstitucionalidade, nestes casos se discute se a lei ou o ato foi recepcionado (questão de direito intertemporal) ou revogado pelas novas disposições constitucionais.**

23. Gabarito LETRA B

**Comentário:**

- a) **Errada.** Segundo disciplina o art. 24, § 4º, CF a superveniência de lei federal sobre normas gerais, no caso a Lei Federal Beta/2017, suspende a eficácia da lei estadual (Lei Estadual Alfa/2015), no que lhe for contrário. Assim, trata-se de suspensão de eficácia e não revogação, sendo a suspensão de eficácia apenas o que for contrário à lei federal. No restante, a lei estadual e a lei federal convivem harmonicamente no ordenamento jurídico.
- b) **Correta.** Perfeita a assertiva, conforme art. 24, § 4º, CF. No âmbito da competência concorrente, a União, a princípio, deve editar normas gerais, cabendo aos Estados/DF exercer a competência suplementar. Se a União queda-se inerte, os Estados exercerão a competência legislativa plena, como exposto na questão. Todavia, havendo lei federal sobre normas geral posterior fica suspensa a eficácia da lei estadual, no que for contrário às normas gerais estabelecidas pela lei federal.
- c) **Errada.** A Lei Federal Beta/2017 terá vigência em todo país, pois se trata de lei federal.
- d) **Errada.** O art. 24, caput, trata da competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal, apenas. Ademais, havendo conflito entre normas gerais estabelecidas por lei federal e lei estadual prevalecem as normas gerais da lei federal.

24. Gabarito LETRA C

**Comentário:**

- a) **Falsa.** De fato, segundo a doutrina (uma vez que o art. 15 não distingue as hipóteses de perda e suspensão), trata-se de hipótese de perda de direitos políticos. Entretanto, nos termos do Art. 15, inciso primeiro da CF, o cancelamento de naturalização ocorre por decisão judicial transitada em julgado.
- b) **Falsa.** Em desacordo com o Art. 15, inciso III (o art. 15 não admite a cassação de direitos políticos. A privação só se dará nas modalidades “perda e suspensão”. Segundo a doutrina, a condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, é caso de suspensão de direitos políticos.
- c) **Verdadeira.** Em conformidade com o disposto no Art. 15, V da CF. Note que o art. 15, V, CF, nos remete à leitura do art. 37, §4º, CF que, por sua vez, diz ser caso de suspensão.
- d) **Falsa.** Nos termos do Art. 15, II da CF, a incapacidade civil **absoluta** é caso de perda ou de suspensão dos direitos políticos, e não a incapacidade civil relativa. Sendo a doutrina, será caso de suspensão.

25. Gabarito LETRA: B

**Comentário:**

**Classificação da Constituição de 1988:** Formal, Escrita, Dogmática, Eclética, Promulgada, Democrática, Rígida, Analítica, Nominal (há divergência doutrinária e autores que entendem ser normativa) e Dirigente

26. Gabarito LETRA C

**Comentário:**

- a) **Incorreta.** O poder constituinte originário não se exaure com a elaboração da nova constituição. É permanente e continua presente ainda que em estado de latência.
- b) **Incorreta.** A constituição rígida é aquela em que se exige um processo mais solene, elaborado para a reforma à constituição, e não aquela que não pode ser reformada.
- c) **Correta.** Em regra, o Poder Constituinte Originário, por suas características, tem liberdade para estruturar uma nova ordem constitucional.
- d) **Incorreta.** A titularidade do poder constituinte pertence ao povo.

27. Gabarito LETRA B

**Comentário:**

As assertivas “a”, “c” e “d” apresentam fundamentos constitucionais elencados no art. 1º, CF. Já a letra “b”, apresenta um objetivo da República Federativa do Brasil.

28. Gabarito LETRA D

**Comentário:**

- a) **Verdadeira**, art. 69, CF.
- b) **Verdadeira**,
- c) **Verdadeira**, art. 68, §1º, CF
- d) **Falsa.** A Casa iniciadora não depende do tipo de norma, mas de quem a propõe. Assim, tempos que, por exemplo, se o PL é proposto por Comissão do Senado, Comissão do Congresso, Senador etc., o início será no Senado, independentemente se é PL de Lei Complementar ou Ordinária.

29. Gabarito LETRA D

**Comentário:**

- a) **Falsa** – A aprovação do decreto presidencial se refere ao estado de defesa.
- b) **Falsa** – Este é caso de estado de sítio. art. 136, CF/88.
- c) **Falsa** – art. 136, § 4º, CF/88.
- d) **Verdadeira** – art. 136, *caput*, CF/88.

30. Gabarito LETRA A

**Comentário**

- a) **Verdadeira:** o art. 95, II da Constituição, prevê que os juízes (leia-se magistrados) gozam da garantia da inamovibilidade, ressalvado o interesse público. O dispositivo em comento faz referência ao art. 93, VIII, que, por sua vez, dispõe que “o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa”. Tal dispositivo foi alterado pela EC 45/2004, sendo que anteriormente à ela o quorum era de 2/3 e não de maioria absoluta. Com a EC 45/2004, além da alteração do quorum, previu-se que a inamovibilidade também poderia ser excepcionada por decisão do CNJ (criado pela EC 45).
- b) **Falsa:** pela irredutibilidade de subsídios, prevista no art. 95, III, CF, o subsídio não pode ser reduzido como forma de pressão, garantindo-lhe assim o livre exercício das atribuições dos magistrados. Pela irredutibilidade jurídica, o comando constitucional está sendo cumprido desde que não haja diminuição nominal do salário, mesmo que os índices inflacionários sejam elevados. Pela irredutibilidade real, seria possível, para assegurar essa irredutibilidade, que houvesse o direito à correção monetária, por exemplo.
- c) **Falsa:** o art. 95, I, da Constituição, dispõe que, uma vez, vitalício, o magistrado somente pode perder o cargo por sentença judicial transitada em julgado.
- d) **Falsa:** contraria o disposto no art. 93, VI, Constituição que prevê para os magistrados as mesmas regras do art. 40, CF.

**PENAL GERAL**

Franklin Higinio

31. Gabarito LETRA B

**Comentário:**

- a) **Incorreta:** A lei brasileira é aplicável por expressa disposição do art. 5º, §2º do Código Penal.
- b) **Correta:** Nos termos do art. 5º, §2º: É também aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em vôo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.
- c) **Incorreta:** O crime foi cometido em território nacional, só não seria território nacional se a embarcação fosse pública ou John estivesse a serviço de governo estrangeiro.
- d) **Incorreta:** A lei brasileira é aplicável por expressa disposição do art. 5º, §2º do Código Penal.

32. Gabarito LETRA C

**Comentário:**

- a) **Falsa** – No erro de tipo essencial inescusável o agente atua sem dolo, sendo que a falsa percepção da realidade atinge elemento constitutivo do tipo legal de crime, permitindo-se a responsabilidade por crime culposo, nos termos do art. 20, *caput*, do CP.
- b) **Falsa** – No erro de tipo essencial escusável o agente atua sem dolo ou culpa, inexistindo tipicidade, nos termos do art. 20, *caput*, do CP.
- c) **Verdadeira** - Aplicação do art. 20, § 3º, do CP. Trata-se do erro accidental sobre a pessoa.
- d) **Falsa** – No erro de proibição o agente tem a exata representação mental da realidade fática, porém acredita que sua conduta não contraria o ordenamento jurídico, conforme art. 21 do CP.

33. Gabarito LETRA C

**Comentário:**

- a) **Errado.** Maria Treme Treme não deu causa ao resultado, nos termos do art. 13, “caput”, do Código Penal. Ademais, não possuía a obrigação de denunciar o plano.
- b) **Errado.** Maria Treme Treme não deu causa ao resultado, nos termos do art. 13, “caput”, do Código Penal. Ademais, não possuía a obrigação de denunciar o plano.
- c) **Certo.** Maria Treme Treme não contribuiu para o resultado, sendo sua participação irrelevante para a realização do delito, na medida em que sua conduta não contribuiu para a produção do resultado.
- d) **Errado.** O crime de omissão de socorro não tutela o patrimônio, mas a pessoa humana (Título I do Código Penal), sendo o bem protegido a vida e a saúde do ser humano.

34. Gabarito LETRA B

**Comentário:**

- a) **Incorreta:** No caso em tela, trata-se de concurso formal perfeito, contudo, o critério da exasperação, aqui, é prejudicial ao agente, razão pela qual, embora seja concurso formal perfeito, o juiz deverá somar as penas (art. 70, parágrafo único, CP, denominado pela doutrina de concurso material benéfico).
- b) **Correta:** No caso em tela, trata-se de concurso formal perfeito, contudo, o critério da exasperação, aqui, é prejudicial ao agente, razão pela qual, embora seja concurso formal perfeito, o juiz deverá somar as penas (art. 70, parágrafo único, CP, denominado de concurso material benéfico).
- c) **Incorreta:** No caso, trata-se de concurso formal heterogêneo, uma vez que os crimes praticados possuem naturezas distintas (homicídio e lesão corporal)
- d) **Incorreta:** No caso em tela, trata-se de concurso formal próprio, também denominado concurso formal perfeito. No concurso formal próprio o agente, com um único desígnio, mediante uma conduta pratica dois ou mais crimes. Já no concurso formal impróprio ou imperfeito, o agente, atuando dolosamente e com desígnios autônomos, mediante uma conduta pratica dois ou mais crimes.

35. Gabarito LETRA A

**Comentário:**

- a) **Falsa** – art. 44, I do CP
- b) **Verdadeira** – art.44, §3º do CP
- c) **Verdadeira** – art.44, §4º do CP
- d) **Verdadeira** - art. 51 CP.

36. Gabarito LETRA C

**Comentário:**

- a) **Falsa** – Diante da pena aplicada, 03 anos de reclusão, que tem prazo de prescrição de 08 anos, verifica-se que não ocorreu a prescrição retroativa, pois ausente o referido prazo entre o recebimento da denúncia e a publicação da sentença condenatória recorrível.
- b) **Falsa** – Ocorreu a prescrição da pretensão executória. Com o trânsito em julgado da condenação e verificada a contagem inicial do prazo prescricional em 03/06/2002 (art. 112, I, do CP), consumou-se a extinção da punibilidade em 02/06/2010.
- c) **Correta** - Ocorreu a prescrição da pretensão executória. Com o trânsito em julgado da condenação e verificada a contagem inicial do prazo prescricional em 03/06/2002 (art. 112, I, do CP), consumou-se a extinção da punibilidade em 02/06/2010.
- d) **Falsa** – Diante da pena aplicada, 03 anos de reclusão, que tem prazo de prescrição de 08 anos, verifica-se que não ocorreu a prescrição superveniente ou intercorrente, pois ausente o referido prazo entre a publicação da sentença condenatória recorrível, que se tornou definitiva para a acusação (21/05/2002), e o trânsito em julgado para a defesa (11/03/2010).

**PENAL ESPECIAL**

Grégore Moura

37. Gabarito LETRA D

**Comentário:**

Texto de lei

38. Gabarito LETRA D

**Comentário:**

A resposta se baseia na súmula 593 do STJ.

39. Gabarito LETRA B

**Comentário:**

Para a consumação do crime tem que haver exposição concreta a perigo, não bastando perigo abstrato, conforme doutrina.

40. Gabarito LETRA B

**Comentário:**

A conduta é atípica, pois não há previsão da modalidade culposa para o crime de Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento do art. 314 do CP.

**PROCESSO PENAL**

Leonardo Barreto

41. Gabarito LETRA B

**Comentários**

- a) Sem previsão no CPP. É possível a analogia *in malam partem* de norma processual penal;
- b) São características marcantes do sistema inquisitivo de processo penal;
- c) Não há essa restrição no art. 3º CPP, sendo ela então admitida;
- d) A assertiva, na verdade, define a analogia.

42. Gabarito LETRA A

**Comentários:**

- a) Art. 2º CPP;
- b) Art. 3º CPP;
- c) Art. 1º, I, CPP;
- d) Art. 2º CPP.

43. Gabarito LETRA D

**Comentários:**

- a) Art. 1º, *caput*, CPP;
- b) Art. 1º, *caput*, CPP;
- c) Art. 1º, I, CPP;
- d) Art. 1º, III, CPP.

44. Gabarito LETRA B

**Comentários:**

- a, b, c, d) Art. 64, *caput*, CPP.

45. Gabarito LETRA B

**Comentários:**

- a) Sem previsão no art. 319, IX, CPP;
- b) Art. 282, §6º, CPP;
- c) Art. 282, §4º, CPP;
- d) Art. 319, VII, CPP.

46. Gabarito LETRA D

**Comentários:**

- a) Art. 131 CPP;
- b) Art. 127 CPP;
- c) Art. 126 CPP;
- d) Art. 128 CPP.

47. Gabarito LETRA D

**Comentários:**

- a) Art. 158 CPP;
- b) Art. 159, *caput*, CPP;
- c) Art. 159, §3º, CPP;
- d) Art. 162, *caput*, CPP.

48. Gabarito LETRA D

**Comentários:**

- a) Art. 55, *caput*, da Lei nº 11.343/2006;
- b) Art. 50, §2º, da Lei nº 11.343/2006;
- c) Art. 51, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 11.343/2006;
- d) Art. 55, §1º, da Lei nº 11.343/2006.

49. Gabarito LETRA D

**Comentários:**

- a) Art. 394, §1º, CPP;
- b) Art. 403, §3º, CPP;
- c) Súmula nº 701 STF;
- d) Súmula nº 693 STF.

50. Gabarito LETRA A

**Comentários:**

- a) Art. 16 da Lei nº 11.340/2006;
- b) Artigos 7º, §3º, alínea “b”, e 145, parágrafo único, do Código Penal;
- c) Art. 236, parágrafo único, do Código Penal.

**DIREITOS HUMANOS**

Vívian Cristina

51. Gabarito LETRA B

**Comentários:**

A alternativa **a** está **incorreta**. A competência da Comissão alcança todos os Estados-Partes da OEA (Organização dos Estados Americanos), em relação à Carta da OEA, e não apenas os signatários da Convenção Americana.

A alternativa **b** está **correta**. Essas previsões constam dos artigos 61 e 63 da Convenção Americana.

A letra **c** está **incorreta**. Conforme art. 67 da Convenção Americana, as sentenças da Corte são definitivas e inapeláveis.

A letra **d** está **incorreta**. Para que qualquer caso seja submetido à Corte, é necessário que sejam esgotados os recursos internos do ordenamento jurídico do Estado. O caso passa primeiro pela Comissão. Se não for resolvido no âmbito desta, é encaminhado à Corte. Ressalta-se que apenas os Estados que, expressamente, reconhecerem a jurisdição da Corte podem ser acionados por ela, conforme art. 62 da Convenção Americana.

52. Gabarito LETRA D

**Comentários:**

Cuidado! A questão não diz que o tratado está em vigor interno. Fala apenas de ratificação. Apesar de ainda não ter sido promulgado o decreto presidencial, o Tratado de Marraqueche foi ratificado em 2015, tendo sido aprovado com *status* de emenda pelo Congresso Nacional, através do Dec. Legislativo n. 261/2015.

53. Gabarito LETRA B

**Comentários:**

A alternativa **a** está **incorreta**. Realmente, o Pacto prevê, em seu artigo 40, a sistemática dos relatórios. Entretanto, tais relatórios serão submetidos ao Comitê de Direitos Humanos, e não ao Conselho Econômico e Social.

A alternativa **b** está **correta**. O Primeiro Protocolo Facultativo estabelece o mecanismo de petições individuais de monitoramento dos direitos.

A alternativa **c** está **incorreta**. O Brasil ratificou o Segundo Protocolo Facultativo, relativo à abolição da pena de morte. Entretanto, fez reserva permitido no art. 2.º do Protocolo, para manter a pena de morte em situação excepcional: em caso de guerra declarada.

A alternativa **d** está **incorreta**. O Brasil ratificou os dois Protocolos Facultativos ao PIDCP, em 2009.

54. Gabarito LETRA D

**Comentários:**

O item **I** está **incorreto**. O incidente de deslocamento de competência ocorre da justiça estadual para a federal. O restante da assertiva está correto.

O item **II** está **correto**. Em 2010, o STJ deferiu o pedido feito pelo PGR no IDC n. 02, Caso Manoel Mattos.

O item **III** está **correto**. Esse é o entendimento da Comissão Interamericana. Entretanto, fique atento! Segundo STF e STJ, o desacato não viola a Convenção Americana.

55. Gabarito LETRA C

**Comentários:**

A alternativa **a** está **incorreta**. Conforme previsão do art. 26 da DUDH, a instrução deve ser obrigatória e gratuita no grau elementar; gratuita no grau fundamental; acessível a todos nos graus técnico-profissional e superior, sendo que, no superior, pode se basear no mérito.

A alternativa **b** está **incorreta** porque o PNDH-3 propõe, ao contrário do que foi dito, a inclusão do tema educação em direitos humanos nesses programas.

A alternativa **c** está **correta**, é o gabarito. Essa previsão consta da introdução do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH).

A alternativa **d** está **incorreta** porque o PNDH-3 se refere aos agentes de segurança pública, e não da segurança privada.

**MEDICINA LEGAL**

Vanessa Fortes

56. Gabarito LETRA B

**Comentários:**

As docimásias (termo que significa “eu provo”), nos casos de infanticídio, podem ser docimásias pulmonares e extrapulmonares. (Medicina Legal. Genival Veloso de França - 2017 página 363). Em ambos os casos, visam avaliar a ocorrência de vida extra-uterina (Medicina Legal. Genival Veloso de França - 2017 página 363). Dentre as docimásias pulmonares temos: hidrostática pulmonar de Galeno, Docimásia diafragmática de Ploquet, Docimásia óptica ou visual de Bouchut, Docimásia tátil de Nerio Rojas, Docimásia óptica de Icard, Docimasia radiológica de Bordas, Docimasia hidrostática de Icard, Docimásia histológica de Balthazard, Docimasia de Hilário Veiga de Carvalho (Medicina Legal. Genival Veloso de França - 2017 páginas 363 e 364).

As docimásias extrapulmonares são numerosas, sendo uma delas a Docimasia do nervo óptico de Mirto. Ela fundamenta-se no estágio de mielinização do nervo óptico, a qual se inicia logo após o nascimento. Tem muito valor como determinante do tempo de sobrevivência do recém nascido. Tem esta prova fundamental importância nos casos de esposteamento onde seja encontrado apenas o crânio. (Medicina Legal. Genival Veloso de França - 2017 página 367).

57. Gabarito LETRA C

**Comentários:**

As lesões descritas acima correspondem a vitriolagem, produzida pela ação de cáusticos. Nos casos de vitriolagem, a sede preferencial das lesões é a face, o pescoço, o tórax, e, tem a evidente intenção de “enfeiar” a vítima (Medicina Legal. Genival Veloso de França - 2017 página 143). Nos casos de vitriolagem pode-se utilizar qualquer tipo de cáustico, sendo que estes podem ter uma ação coagulante ou liquefaciente. Os ácidos possuem ação coagulante e as bases (álcalis), ação liquefaciente. As lesões produzidas por ação coagulante são diferentes das lesões produzidas por ação liquefaciente. Na ação coagulante, temos escaras endurecidas, secas e de tonalidade diversa, dependendo do ácido utilizado

<b>Ácido</b>	<b>Coloração</b>
<b>sulfúrico</b>	<b>esbranquiçadas</b>
<b>nítrico</b>	<b>amarelada</b>
<b>clorídrico</b>	<b>cinza-escuras</b>
<b>fênico</b>	<b>esbranquiçadas</b>

As escaras produzidas por ação liquefaciente são úmidas, translúcidas, moles, untuosas. Exemplos de substâncias com ação liquefaciente: soda, potassa, amônia (Medicina Legal. Genival Veloso de França - 2017 páginas 142 e 143).

A esganadura é uma forma de asfixia, com constrição cervical pela ação das mãos, sendo as suas lesões constituídas por estigmas ou marcas ungueais (lesões de forma semilunar, apregaminhadas, de tonalidade pardo-amarelada) (Medicina Legal. Genival Veloso de França - 2017 página 165).

O estrangulamento é uma forma de asfixia, com constrição cervical pela ação de um laço acionado por uma força estranha ao peso da própria vítima. A lesão observada nos casos de estrangulamento é o sulco, que mostra características distintas, sendo horizontal, uniforme em toda a periferia do pescoço, contínuo, frequentemente múltiplo, por baixo da cartilagem tireoidea, excepcionalmente apregaminhado, de profundidade uniforme (Medicina Legal. Genival Veloso de França - 2017 página 163).

58. Gabarito LETRA D

**Comentários:**

Nos casos de afogamento, podemos ter os afogados brancos de Parrot ou os afogados verdadeiros, úmidos ou típicos. (Medicina Legal. Genival Veloso de França - 2017 página 153). Nos casos dos afogados típicos, encontramos lesões pulmonares e extrapulmonares. As lesões pulmonares são caracterizadas por: pulmões distendidos, aumentados de volume, crepitantes, enfisema aquoso (elemento morfológico sugestivo de aspiração de líquido - sinal de Brouardel), Manchas de Paltauf (equimoses maiores do que 2,0 cm), presença plâncton no interior dos alvéolos (Medicina Legal. Genival Veloso de França - 2017 páginas 156 e 157).

O Sinal de Niles pode ser encontrado em casos de afogamento, mas é uma alteração extrapulmonar, caracterizada por hemorragia na base do crânio, em região temporal. É uma zona azulada na face antero-superior da parte petrosa do osso temporal (Medicina Legal. Genival Veloso de França - 2017 página 157).

59. Gabarito LETRA C

**Comentários:**

As lesões de entrada resultantes de disparos de arma de fogo, quanto se utilizam projéteis de baixa energia apresentam aspectos diferentes dependendo da distância do disparo: lesões de entrada do tiro encostado, dos tiros a curta distância e dos tiros à distância. Nas lesões de entrada dos tiros encostados temos: Sinal de Werkgaertner (desenho da boca e da massa de mira do cano da arma, que fica impresso na pele da vítima), Sinal de Schusskanol (esfumaçamento das paredes do conduto produzido pelo projétil entre as lâminas externa e interna do osso, como por exemplo, o crânio), Sinal de Benassi (halo fuliginoso na lâmina externa de um osso, como por exemplo, o crânio) e Câmara de Mina de Hoffmann (lesão de bordas evertidas, irregulares, denteada ou com entalhes, enegrecidas e desgarradas). (Medicina Legal. Genival Veloso de França - 2017 páginas 121 e 122).

O sinal de Friedberg ocorre nas asfixias com constrição cervical, nas modalidades enforcamento e estrangulamento, e é uma sufusão hemorrágica na túnica externa da artéria carótida comum (Medicina Legal. Genival Veloso de França - 2017 página 161).

60. Gabarito LETRA A

**Comentários:**

Os fundamentos biológicos ou técnicos que qualificam e que preenchem as condições para um método de identificação ser considerado aceitável são: unicidade, imutabilidade, perenidade, praticabilidade e classificabilidade (Medicina Legal. Genival Veloso de França - 2017 página 62). Unicidade (individualidade) são elementos exclusivos e específicos do indivíduo/coisa, de modo a distingui-lo dos demais. Imutabilidade são características que não mudam e não se alteram ao longo do tempo. Perenidade são elementos que resistem à ação do tempo, e, que, não podem se modificar facilmente pela ação do tempo ou doenças. Permanecem durante toda a vida e até depois da morte. Na praticabilidade, o método ou característica a ser analisada deve ser de fácil registro e obtenção, baixo custo, e, adequado aos parâmetros socio-culturais. Na classificabilidade, o arquivamento e a recuperação das informações colhidas devem ser de fácil obtenção (Medicina Legal. Genival Veloso de França - 2017 página 62).

Não temos o requisito ou fundamento de confiabilidade (Medicina Legal. Genival Veloso de França - 2017 página 62).

61. Gabarito LETRA D

**Comentários:**

As lesões produzidas por instrumentos perfurantes são denominadas lesões punctórias ou punctiformes. São características das lesões punctórias: forma de PONTO, abertura estreita, sangramento raro a escasso, singelas e de pouca nocividade na superfície do corpo, podem ter repercussões graves na profundidade. (Medicina Legal. Genival Veloso de França - 2017 página 102).

Quando uma lesão for produzida por um instrumento perfurante, produzido por um objeto de médio calibre, o aspecto desta lesão será diferente, obedecendo nestes casos, à Lei de Filhos e Langer, isto é, Lei de Filhos (Edouard Filhos) e Langer (Karl Ritter von Langer) (Medicina Legal. Genival Veloso de França - 2017 página 102).

62. Gabarito LETRA B

**Comentários:**

Os venenos são substâncias que necessitam de absorção no organismo pelas mais diversas vias para exercerem seus efeitos deletérios. Os venenos agem internamente, enquanto os cáusticos tem ação externa. (Medicina Legal. Genival Veloso de França - 2017 página 142).

O percurso do veneno através do organismo tem as seguintes fases: penetração, absorção, distribuição, fixação, transformação e eliminação (Medicina Legal. Genival Veloso de França - 2017 página 143).

Chama-se de mitridatização, o fenômeno caracterizado pela elevada resistência orgânica aos efeitos tóxicos dos venenos, conseguida através da ingestão repetida e progressiva de substância de alto teor venenoso até alcançar estágio de resistência não encontrado em outras pessoas (Medicina Legal. Genival Veloso de França - 2017 página 143).

Sob o ponto de vista pericial, é necessário ressaltar que podemos ter a existência de envenenamento sem a identificação do veneno, porque há situações em que o veneno agiu, mas não pode ser percebido por suas doses infinitesimais, por modificação de sua composição, por ter sido totalmente eliminado pela desintegração da substância devido aos fenômenos putrefativos, por sua rápida volatilização, ou, por escapar à pesquisa em virtude da precariedade dos métodos vigentes ou dos padrões comparativos (Medicina Legal. Genival Veloso de França - 2017 página 144).

63. Gabarito LETRA C

**Comentários:**

A morte encefálica é a condição final, irreversível, definitiva de cessação das atividades do tronco encefálico. É a lesão final do encéfalo, tendo como causas conhecidas, alterações ou lesões isquêmicas, anóxicas, metabólicas, e, traumatismos. Deverá ser consequência de processo irreversível e de causa conhecida. Para seu diagnóstico, devem ser feitos exames clínicos e exames complementares. Entre os dois exames clínicos, devem ser obedecidos intervalos de tempo adequados conforme a idade do paciente que está sendo avaliado. Estes intervalos de tempo são maiores, quanto mais jovem for o paciente. Após o diagnóstico de morte encefálica, deve-se preencher o Termo de declaração de morte encefálica, que será também arquivado no prontuário do paciente. Antes de se iniciar os exames clínicos, é fundamental descartar possíveis causas reversíveis de coma capazes de mimetizar a Morte encefálica, como por exemplo: hipotermia, intoxicação por drogas, distúrbios metabólicos (Medicina Legal. Genival Veloso de França - 2017 páginas 421, 423 e Resolução 2173/2017).

64. Gabarito LETRA B

**Comentários:**

A cronotanatognose é um dos temas mais relevantes da tanatologia. Diversos parâmetros ou fenômenos podem ser utilizados para se estimar o tempo de morte. São parâmetros ou fenômenos utilizados para avaliação da cronotanatognose:

Esfriamento cadavérico, manchas de hipóstase, rigidez cadavérica, gases da putrefação, perda de peso, mancha verde abdominal, cristais no sangue putrefeito (Cristais de Westenhöffer-Rocha-Valverde), crioscopia do sangue, crescimento dos pelos da barba, conteúdo estomacal, conteúdo vesical, fundo de olho, avaliação de componentes do líquido cefalorraquidiano, restauração da pressão intraocular (tonometria ocular), concentração pós-mortal de potássio no humor vítreo, fenômenos da sobrevivência, fauna cadavérica (biotanatologia), e, flora cadavérica (Medicina Legal. Genival Veloso de França - 2017 páginas 483 a 485).

Não temos avaliação de concentração pós-mortal de sódio no humor vítreo para cronotanatognose. A avaliação feita é a concentração pós-mortal de potássio no humor vítreo (Medicina Legal. Genival Veloso de França - 2017 página 484).

65. Gabarito LETRA C

**Comentários**

Dentre os diversos parâmetros a serem avaliados em um exame antropológico médico-legal em ossadas, temos a estimativa da idade. São parâmetros utilizados para a estimativa da idade do nascimento até a adolescência: desenvolvimento e erupção dentária, análise dos centros de ossificação, soldadura das epífises à diáfise, porém a obliteração das suturas cranianas é um parâmetro para se avaliar a idade nos adultos (Medicina Legal. Genival Veloso de França - 2017 páginas 68 a 70).

As suturas cranianas vão se ossificando/obliterando e desaparecendo na idade adulta, de maneira lenta e progressiva, com um maior surto de atividade na idade avançada (Medicina Legal. Genival Veloso de França - 2017 página 70).

---

**CRIMINOLOGIA**

Grégore Moura

66. Gabarito LETRA D

**Comentários:**

A letra D está incorreta, pois a síndrome de Londres é exatamente o contrário e se configura quando a vítima ataca e "bate de frente" constantemente com o criminoso.

67. Gabarito LETRA D

**Comentários:**

A teoria de Sutherland é a teoria desenvolvida para os crimes do colarinho branco e se chama teoria da associação diferencial. Ao se associar a diferentes grupos sociais, nós adquirimos elementos a favor da infração da lei ou não. Quando prevalece a associação com grupos que ofendem a lei, as pessoas cometem crimes que consideram legitimados pelo grupo.

68. Gabarito LETRA A

**Comentários:**

Vitimação secundária é aquela realizada pelos órgãos de justiça ( MP, policia, etc) e tem por sinônimo a sobrevivitização.

69. Gabarito LETRA D

**Comentários:**

A vitimologia é direcionada para o atendimento à vítima em primeiro lugar e não ao delinquente, logo as demais opções estão incorretas.

70. Gabarito LETRA D

**Comentários:**

A teoria do labelling approach ou teoria do etiquetamento vem exatamente em um período de transição entre a criminologia etiológica e a crítica. Portanto, traz elementos do interacionismo simbólico, mas foca na seletividade que esse interacionismo promove e rompe com as teorias do consenso, ao aduzir que a sociedade não é baseada em modelo de integração, já que há grupos que etiquetam outros.